

Nordestinos foram 83% dos presidentes

Há 26 anos o Senado vem sendo comandado por representantes da região

• BRASÍLIA. O poder nordestino no Congresso impressiona. Dos presidentes, 83% foram da região. Desde 1971, por exemplo, a presidência do Senado vem sendo exercida por nordestinos, desde Nelson Carneiro (que, apesar de eleito pelo Rio, era baiano) até Antônio Carlos Magalhães (outro baiano).

— Somos governados pelo que chamo de “elite de moendas”. A maior parte dos parlamentares originou-se de famílias nordestinas que tiveram ou têm engenho de açúcar — afirma a cientista política Maria Aparecida de Oliveira.

Pela pesquisa descobre-se que o parlamentar mais ausente foi o padre Antônio da Cunha Vasconcelos, deputado geral pela Paraí-

ba de 1834 a 1835 e senador de 1835 a 1867. Nos mais de 30 anos em que foi parlamentar, só compareceu a oito sessões, uma a cada três anos e sete meses.

Apenas uma vez apresentou ofício ao Senado, para tentar atrapalhar a carreira eclesiástica de outro padre da Paraíba, José Maria de Alencar. Vasconcelos pediu adiamento da votação de um projeto de Alencar, que criava a província de Cariri. Se a província fosse criada, Alencar seria nomeado bispo e Vasconcelos, que permaneceria na Paraíba, continuaria padre. Dizem os inimigos de Vasconcelos que nas demais sessões de que participou ele nada mais fez além de dormir.

O trabalho de Aparecida demonstra a evolução democrática

do Congresso. Ainda é muito caro eleger-se deputado (de acordo com cálculos do Tribunal Superior Eleitoral, precisa-se de mais de R\$ 1 por cada voto). Mas na época do Primeiro Reinado era necessário provar que se era rico para se eleger senador.

Com o nome de Câmara dos Senadores, o Senado foi criado em 1826. Os senadores eram vitalícios e nomeados pelo imperador. O senador precisava ter mais de 40 anos e dispor de 800 mil réis para doar ao Império, ser católico apostólico romano, de grande saber, pertencer a uma família importante e já ter prestado serviços relevantes à pátria. Os candidatos eram votados nas províncias e vilas e os três nomes mais votados eram levados ao impera-

dor, que escolhia o senador entre eles.

Os 800 mil réis, de acordo com o parágrafo quarto do artigo 41 da Constituição de 1824, o candidato teria de entregar ao Contador do Erário Régio, como pagamento pelo título de senador. Antônio Paes de Andrade, antepassado do deputado Paes de Andrade (PMDB-CE), foi indicado em lista tríplice pela Província da Paraíba do Norte. Seu nome acabou não sendo escolhido pelo imperador porque não tinha o dinheiro. Inconformado, Antônio buscou um acordo: pôs à disposição do imperador um lote de cem escravos, dos quais foram escolhidos os mais fortes e mais jovens para auxiliar o Exército nas guerras. ■